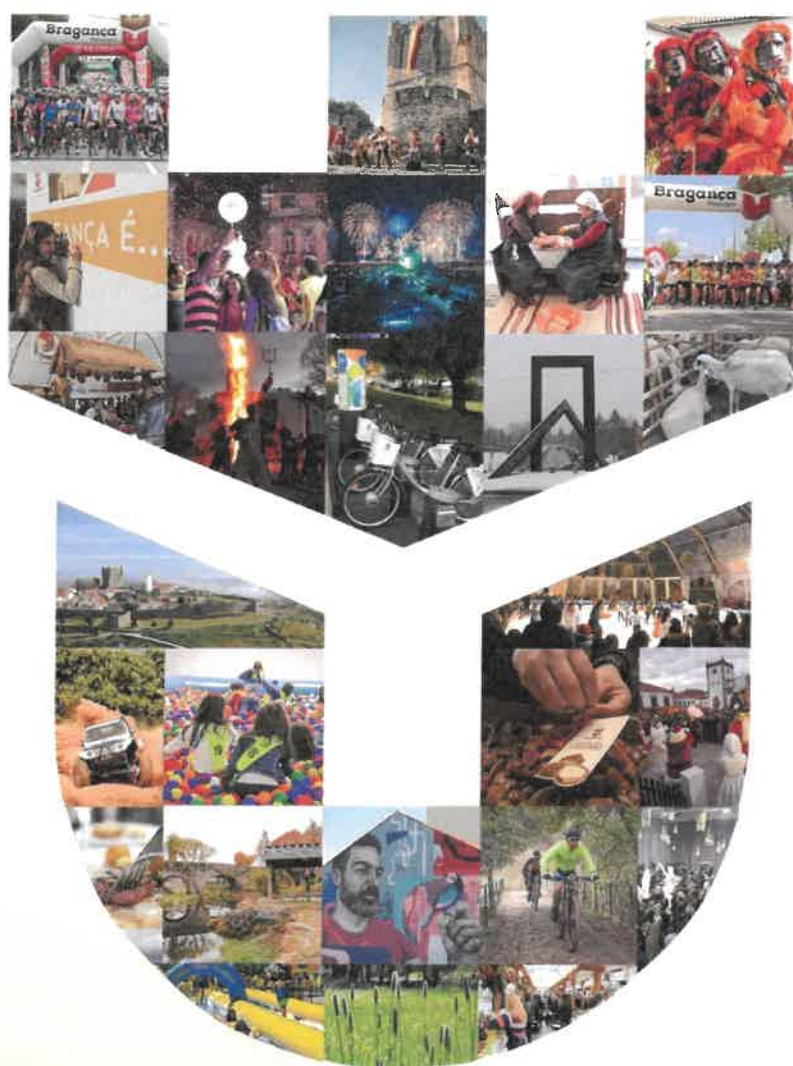


MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2018



BRAGANÇA A CAMINHO DE UMA HUMAN SMART REGION

JUNHO 2019

Índice

Relatório de Gestão	5
1. Introdução	5
2. Objetivo da consolidação	6
3. Perímetro da consolidação	7
4. Método de consolidação	9
5. Breve enquadramento macroeconómico	10
6. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação	13
6.1 Análise económico financeira da atividade consolidada	17
7. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica.....	23
8. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação	24
9. Factos relevantes após o encerramento do exercício	24
Balanço Consolidado	26
Demonstração Consolidada dos Resultados	29
Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado	33
Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	37
Certificação Legal das Contas Consolidadas.....	59
Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas.....	65



Índice de quadros

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas	8
Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado.....	19
Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados.....	21
Quadro 4: Rácios	22
Quadro 5: Trabalhadores ao Serviço por Categoria	41
Quadro 6: Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado	47
Quadro 7: Endividamento de Curto Prazo Consolidado.....	48
Quadro 8: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2022	48
Quadro 9: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	49
Quadro 10: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e o Centro Ciência Viva de Bragança	49
Quadro 11: Mapa do Ativo Bruto Consolidado	53
Quadro 12: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado	54
Quadro 13: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público.....	54
Quadro 14: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços...	55
Quadro 15: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação	55
Quadro 16: Mapa da Dívida Bruta Consolidada	58





Relatório de Gestão
2018

[Handwritten signature]

1. Introdução

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que *“sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

A utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, consequência da alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das suas atribuições e competências, evidenciou a necessidade de divulgação da referida informação financeira para efeitos de visão global do que pode ser considerado o grupo municipal. Assim sendo, o entendimento da situação financeira do grupo só é permitida através de contas únicas, complementares às individuais, representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, tornando-se assim a apresentação de contas consolidadas imperativa.

Os juízos divergem no que diz respeito à utilidade da informação, principalmente se não for possível a sua construção apoiada por um enquadramento normativo e legal que seja consistente e consensual. De destacar que a comparabilidade é uma das vantagens recorrentemente apontada para a existência de contas consolidadas no grupo municipal, exigindo a harmonização de procedimentos e políticas.

Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o grupo municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controle corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Salienta-se, no entanto, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Na ordem que refere o RFALEI, são apresentados os documentos de prestação de contas consolidadas do grupo municipal, integrando os mesmos, o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Os referidos documentos foram construídos nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, e na orientação n.º 1/2010, tendo também em consideração as instruções emanadas pelo SATAPOCAL aquando da consolidação para o exercício de 2010, com as necessárias adaptações. A observância destas orientações permite a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas que evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo municipal.

2. Objetivo da consolidação

A necessidade de implementação integral da Lei do Enquadramento Orçamental e do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” determinou a obrigação de apresentação de contas consolidadas numa base de caixa para todo o perímetro do Estado, incitando que este fosse progressivamente alargado por forma a incluir o Setor Empresarial do Estado e as Parcerias Público Privadas reclassificadas no âmbito da Administração Pública e da Administração Local e Regional.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no município refletir-se-á na melhoria da informação contabilística quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si. A consolidação permitirá, igualmente, através de um inventário do conjunto de informações necessárias nas entidades que compõem o grupo municipal objeto de consolidação, uma consolidação por sector de atividade e uma avaliação das políticas públicas locais.

A consolidação de contas proporciona uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, permitindo avaliar, quer o desempenho económico quer a situação financeira, do conjunto das empresas abrangidas na consolidação.

3. Perímetro da consolidação

Tal como anteriormente referido, o perímetro de consolidação de contas do município integra as entidades controladas em que este participe, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A obrigatoriedade de uma maior abrangência na prestação de informação consolidada foi refletida na alteração do perímetro de consolidação no atual RFALEI. A partir do ano 2014, e para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar: por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outra entidade através da verificação dos pressupostos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º de RFALEI; por outro lado, se se tratam das entidades especificamente elencadas no n.º 6 do mesmo artigo, que se incluem sempre, independentemente da percentagem de participação.

A definição de perímetro de consolidação de contas e das condições de controlo ou de presunção de controlo são fundamentais para a delimitação do grupo público e, conseqüentemente, para a consolidação de contas.

Se, durante o exercício económico uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não deverão ser incluídas no processo de consolidação anual, devendo este facto e o seu efeito serem explicitados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de forma inequívoca, designadamente o momento a partir do qual as entidades deixam de ser parte integrante do perímetro de consolidação. Se a composição do conjunto das entidades incluídas na consolidação se alterar significativamente no decurso do exercício, as demonstrações financeiras consolidadas devem fornecer as informações que permitam a comparabilidade de conjuntos sucessivos de demonstrações financeiras consolidadas.

Apresenta-se, seguidamente, informação sobre as entidades detidas/participadas (societárias e não societárias) pelo município de Bragança.

Quadro I: Entidades Detidas/Participadas

Grupo Municipal - Município de Bragança											ANO: 2018	
Entidades	Sede	Tipo de entidade	Participação detida		Perímetro de consolidação					Método de consolidação utilizado		
			%	Valor	Incluída	Excluída	Classificação legal					
							RI	RI-E	Art.º	Atos legislativos		
Águas do Norte, S.A.	Av. Osnabruck, 29 - 5000-427 Vila Real	Participada	0,96	1 070 867		X						
Laboratório Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro	Complexo do Cachão - 5370-132 Mirandela	Participada	4,55	3 741		X						
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3º B, Taguspark - 2740-120 Porto Salvo	Empresa Local	0,77	24 940	X			6	75,9	RFALEI		Equivalência Patrimonial
AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	Avenida dos Aliados, n.º 9 - 5400-038 Chaves	Associativa	n.a.			X						
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	Edifício Palácio da Justiça - Alameda do Paço - 5090-127 Murça	Associativa Municipal	n.a.			X						
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marmoco e Sousa, 52 - 3004-511 Coimbra	Associativa Municipal	n.a.			X						
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho, n.º 17 - 5100-127 Lamego	Associativa Municipal	n.a.			X						
Associação de Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45 - 2844-001 Sebal	Associativa Municipal	n.a.			X						
Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	Rua Visconde da Bouça, Apartado 238 - 5301-903 Bragança	Associativa Municipal	n.a.			X						
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Av. Cidade de León, 506 - 5301-358 Bragança	Associativa	74,11	1 600 000	X		c)-I)	4	75,9	RFALEI		Consolidação Integral
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Rua Visconde da Bouça, apartado 238 - 5301-903 Bragança	Comunidade Intermunicipal	n.a.			X						
CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste	Rua Padre António Vieira, Edifício do GAT - Apartado 1015, 5300-999 Bragança	Associativa	n.a.			X						
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I, 55 4050-474 Porto	Associativa Municipal	n.a.			X						
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra - 4900-360 Vila do Castelo	Associativa	n.a.			X						
Associação do Parque de C&T do Porto (Portus Park)	Rua Alfredo Allen, n.º 455/461 - 4200-135 Porto	Associativa	n.a.	10 000		X						
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park	Andrães - 5000-033 Vila Real	Associativa	4 UP	2 000		X						
Centro Ciência Viva de Bragança	Rua do Beato Nicolao Dinis, 5300 - 130 Bragança	Associativa	n.a.		X		c)	4	75,9	RFLAI		Simplex Agregação
Fundação "Os Nossos Livros"	Rua Trindade Coelho, n.º 32 - 5300-061 Bragança	Fundação	n.a.			X						
Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques	Rua Eng. José Beça, n.º 46 "Casa Câmara" - 5300-034 Bragança	Fundação	n.a.			X						
Agrupacion Europea de Cooperation Territorial Leon-Bragança	Plaza San Marcelo, Num. 6 - Leon (Espanha)	Associativa	n.a.			X						

n.a. - não aplicável

Valores em euros

Ponderados todos os fatores conclui-se que, para o exercício do ano de 2018, a entidade contabilística consolidante é o município de Bragança, sendo o restante perímetro de consolidação constituído pelas seguintes entidades:

- ✓ Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark¹;
- ✓ Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;
- ✓ Centro Ciência Viva de Bragança

¹Incluída pelo INE, nas Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas – 2011 e classificada no Setor da Administração Regional e Local, Administração Local, Serviços Autónomos da Administração Local.

4. Método de consolidação

O RFALEI refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo remetendo, assim, para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

No caso da consolidação do grupo municipal do município de Bragança utilizar-se-á o método de consolidação integral para a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark na qual o município detém uma participação de 74,11%. O método de consolidação integral consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas. Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

No caso da empresa municipal, Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., entidade associada controlada conjuntamente com outras entidades, o método a utilizar será o da equivalência patrimonial, considerando que a portaria não refere a possibilidade de consolidação proporcional. O método da equivalência patrimonial consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13 “Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas”, publicada no Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

Relativamente ao Centro Ciência Viva de Bragança, dada a natureza da relação de controlo, não consubstanciada na detenção de participações sociais, é utilizado o método da simples agregação. Este método consiste na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo público, sendo obrigatória a eliminação, designadamente, dos saldos, das transações, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre essas entidades, sem prejuízo do disposto no n.º 6.4, alínea b), da orientação anteriormente referida.

5. Breve enquadramento macroeconómico

Portugal

De acordo com os dados publicados pelo INE (Boletim Mensal de Estatística - Fevereiro 2019), em 2018, o PIB aumentou 2,1% em termos reais, menos 0,7 p.p. que o crescimento observado em 2017. A procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo (-0,7 p.p.) face ao registado em 2017 (-0,3 p.p.), verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços (de 7,8% em 2017 para 3,7%), mais acentuada que a das Importações de Bens e Serviços (de 8,1% para 4,9% em 2018). A procura interna passou de um contributo de 3,1 p.p. em 2017 para 2,8 p.p., refletindo a desaceleração do Investimento para 5,6% (variação de 9,2% em 2017). O consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias) acelerou de 2,3% para 2,5%.

Em termos nominais, o PIB aumentou 3,6% (4,4% em 2017), situando-se em cerca de 201,5 mil milhões de euros em 2018. Em 2018, a procura interna registou um crescimento de 2,7% em termos reais (3,0% no ano anterior).

Em 2018, o consumo público (Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas) registou uma taxa de variação de 0,8% (0,2% em 2017).

O Inquérito Trimestral ao Emprego do INE revela que a taxa de desemprego se fixou, no quarto trimestre de 2018, em 6,7%, metendo-se inalterada face ao segundo e terceiro trimestres, mas

menos 1,4 p.p. em termos homólogos. No total do ano, a taxa de desemprego foi de 7%, menos 1,9 p.p. do que em 2017. Para esta evolução concorreu um aumento do emprego de 2,3% (3,3% em 2017), e um aumento da população ativa de 0,3% (menos 0,5 p.p. do que um ano antes).

No final do ano de 2018, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 2.083 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 475 milhões de euros relativamente ao saldo registado no ano anterior. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (5,2%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (4,5%). O saldo primário cifrou-se num excedente de 6.344,2 milhões de euros, valor que corresponde a um aumento de 604 milhões de euros face a 2017.

Em dezembro de 2018, a hotelaria alojou 1,2 milhões de hóspedes, que proporcionaram 2,8 milhões de dormidas, refletindo-se em variações de +3,3% e +2,5% (+6,5% e +4,7% em novembro, respetivamente).

As dormidas em hotéis (75,5% do total) cresceram 3,3%. Os aldeamentos e os apartamentos turísticos destacaram-se com crescimentos de 8,8% e 6,2%, respetivamente.

Em dezembro, o mercado interno contribuiu com 1,0 milhões de dormidas, que se traduziram num ligeiro crescimento de 0,5% (+11,3% em novembro).

Os mercados externos aceleraram para um crescimento de 3,6% (+2,3% em novembro) e corresponderam a 1,8 milhões de dormidas.

Tendo em consideração os resultados na hotelaria ao longo dos sucessivos trimestres de 2018, cronologicamente, as dormidas totais verificaram evoluções de +7,3%, -3,2%, -1,7% e +1,9%, sob particular influência dos não residentes, que, pela mesma ordem, apresentaram variações de +6,0%, -4,3%, -4,6% e 0,0%.

Considerando a evolução das dormidas na hotelaria nos últimos anos, constata-se que entre 2008 e 2018 as dormidas de residentes cresceram 28,2% e as de não residentes aumentaram 56,1%.

Deste modo, a representatividade dos não residentes nas dormidas totais progrediu de 66,8% em 2008 para 71,0% em 2018.

No período de janeiro a dezembro de 2018, em termos de dormidas totais na hotelaria, o realce vai para os crescimentos de 5,2% no Norte (região com um peso de 13,7% nas dormidas anuais) e de 3,6% no Alentejo (quota de 3,2% em 2018). O Algarve concentrou 32,7% das dormidas totais na hotelaria em 2018, seguindo-se a AM Lisboa (25,2%). Neste período, os maiores crescimentos de dormidas de residentes registaram-se no Algarve (+9,9%) e Centro (+5,1%), enquanto as de não residentes evidenciaram subidas apenas no Alentejo (+7,7%), Norte (+6,0%) e AM Lisboa (+0,6%).

Região Norte

De acordo com o último relatório trimestral “Norte Conjuntura”, publicado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), o emprego na Região do Norte cresceu 2,6% em termos homólogos no 3º trimestre de 2018 (comparado com 3,0% no trimestre anterior), impulsionado sobretudo pela construção, pelas indústrias transformadoras e pelo emprego na administração pública e continuando a crescer acima da média nacional. A taxa de desemprego repetiu o valor do trimestre anterior (7,2%).

As exportações de mercadorias por parte de empresas da Região do Norte observaram, segundo dados preliminares, uma variação homóloga nominal praticamente nula na média do 3º trimestre de 2018 (0,7%, que compara com 5,8% no trimestre anterior) e com variações negativas em agosto e setembro.

Este abrandamento das exportações do Norte foi motivado sobretudo pela evolução das exportações de produtos tradicionais como o vestuário de malha, o mobiliário e o calçado, bem como de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Em relação ao consumo privado e ao investimento, os indicadores disponíveis para a Região do Norte continuaram a crescer no 3º trimestre de 2018. Em particular, destacam-se dois indicadores que inverteram a tendência negativa que tinha dominado a primeira metade do ano,

nomeadamente: o valor das importações de máquinas e outros bens de capital (exceto material de transporte), com um crescimento modesto de 1,2% em termos homólogos; e o emprego no setor da construção, com um ganho de 16,5% também em termos homólogos.

A atividade dos estabelecimentos hoteleiros da Região do Norte continuou, no 3º trimestre de 2018, a apresentar variações homólogas positivas das dormidas (2,9%), ao contrário do que sucedeu a nível nacional (-1,7%). Os indicadores de proveitos totais e de aposento mantiveram elevados níveis de crescimento (7,8% e 8,1%, respetivamente), embora em desaceleração.

6. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação

A visão do município de Bragança consiste em transformar o concelho de Bragança num centro de incubação por excelência (inteligente, sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma forte marca própria, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica. Neste contexto, assume o compromisso com as gerações vindouras: garantir o desenvolvimento sustentável do Concelho, contribuindo para a melhoria da coesão territorial, social e económica e, assim, a melhor qualidade de vida da sociedade em geral, para além do valor económico gerado pela nossa atividade diária.

O município de Bragança constitui-se estrategicamente como um agente de desenvolvimento territorial, mobilizador de vontades e de parcerias.

Assim, e porque as pessoas estão sempre em primeiro lugar, a sua atuação é pautada pela busca contínua do desenvolvimento sustentável de Bragança, através da cooperação e diálogo com todos os agentes económicos, no sentido de ser estimulada a criação de riqueza e de emprego, garantindo igualdade de oportunidades e bem-estar para todos.

Bragança tem vindo a procurar afirmar-se como Ecocidade, tendo sido elaborado o “Plano Estratégico para a Ecocidade de Bragança”, sob o lema “fazer de Bragança um município classe A” e que pretende tornar Bragança numa Ecocidade moderna, capaz de atrair pessoas qualificadas e investimento, fazendo valer os seus recursos endógenos.

Desde o ano de 2017, a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark manteve reuniões periódicas para fazer o acompanhamento das atividades do PCT TMAD Brigantia Ecopark, planeando a estratégia de exploração nomeadamente através da inclusão de atividades e divulgação junto dos principais destinatários. Procurou, também, fontes de financiamento, bem como deu início à execução de projetos financiados de grande interesse para o desenvolvimento do parque de ciência e tecnologia, concelho e região.

Simultaneamente, foi realizado um esforço na identificação e angariação de parcerias estratégicas adequadas para o desenvolvimento e promoção do projeto “Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecopark”, nomeadamente grandes organizações, nacionais e internacionais, de base tecnológica, que ambicionassem uma ligação privilegiada com instituições de ensino e investigação, privadas ou públicas, na mesma área e com impacto social, neste processo foram contactadas mais de 300 empresas, sendo estas detentoras, na sua maioria, de um subsegmento de atividades em IT.

No segundo semestre de 2017 o PCT TMAD Brigantia Ecopark iniciou a execução dos projetos financiados, a saber:

NORTE-51-2016-06 - Eco-EMPREENDE – Programa de estímulo e apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo na Região de Bragança, dinamizado pelo Brigantia-Ecopark - NORTE-02-0651-FEDER-000077, com investimento total e financiado a 85% de 521.914,00€;

NORTE-46-2016-08 - Promoção da Indústria 4.0 na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (I4@TMAD), NORTE-01-0246-FEDER-000025, com investimento total de 552.067,95€. O consórcio responsável pela execução das ações referidas é constituído pelo Instituto Politécnico de Bragança (IPB), pelo Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro Brigantia Ecopark (PCT

TMAD Brigantia Ecopark) e pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL). O investimento realizado pela Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark será de 233.573,84€, financiado a 85%;

NORTE-51-2015-04 - Promoção do Empreendedorismo Tecnológico na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (EMPREENDER+.tec), NORTE-02-0651-FEDER-000020, com investimento total de 418.336,80€, vocacionado exclusivamente para o empreendedorismo de base tecnológica na região NUTS III das Terras de Trás-os-Montes. O consórcio responsável pela execução das ações referidas é constituído pelo Instituto Politécnico de Bragança (IPB), pelo Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro Brigantia Ecopark (PCT TMAD Brigantia-Ecopark) e pela Associação Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA). O investimento realizado pela Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark será de 143.322,19€, financiado a 85%.

O objetivo primordial da Associação é promover/reforçar ações de divulgação do Parque de modo a captar empresas e instituições nas áreas da inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico.

Em final de 2017, o Brigantia Ecopark possuía um total de 68 colaboradores distribuídos por 13 empresas e o Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos. A área útil ocupada então era de 579m².

Destes 68 colaboradores, salienta-se que 92,65% são postos de trabalho qualificados (\geq Licenciatura). De referir também que a média das idades dos colaboradores das empresas existentes no Brigantia Ecopark (ano 2017) rondava os 28,6 anos para uma população masculina de 73,53% e feminina de 26,47%.

Em dezembro 2017, as empresas Felisagri, Gestão Agro-Rural, Lda. e Decani Design, Lda. abandonam a incubadora do Brigantia Ecopark para prosseguirem com o seu desenvolvimento.

Em janeiro 2018, a startup Full Numbers, Lda., incuba no Brigantia Ecopark abonando o mesmo em julho por motivos estratégicos que levaram a colocar a sua sede em Moncorvo (Distrito de

Bragança). É, entretanto, em Maio 2018, criado um espaço de cowork que vise promover e facilitar a instalação de empreendedores e empresas que pretendam iniciar ou reforçar a sua atividade de negócio no Brigantia Ecopark e inaugurado o “Espaço Empresa” (Iniciativa liderada pelo IAPMEI), destinado aos empresários que desejem realizar serviços e obter informações inerentes ao exercício de uma atividade económica e ao ciclo de vida da sua empresa (registo Empresa na Hora, pedir uma Certidão Permanente, solicitar informação sobre legislação correspondente à atividade económica, conhecer os passos inerentes à criação de negócio próprio, entre outros). Ao longo do ano 2018, foram promovidos 45 atendimentos a empresas no âmbito do “Espaço Empresa”.

No final do ano 2018, o Brigantia Ecopark possui 22 empresas a laborar no parque, com um total de 105 colaboradores. Regista-se assim um crescimento de quase 70% face ao ano anterior (2017) no que respeita quer à instalação de novas empresas, quer ao número de colaboradores afetos às empresas. Destes, salienta-se que 96,46% são postos de trabalho qualificados (\geq Licenciatura). De referir também que a média das idades dos colaboradores das empresas existentes no Brigantia Ecopark (ano 2018) ronda os 30 anos para uma população masculina de 76,47% e feminina de 23,53%.

Finalmente, destaca-se ainda uma área útil ocupada (2018) de 909m² que, contrapondo com os 579m² ocupados em 2017, registam um aumento de 57% face ao ano anterior. A esta utilização efetiva, adicionam-se mais 72m² de armazéns que duas empresas utilizam para desenvolver a sua operação. Face ao ano de 2017 (20m²), a utilização desta tipologia de espaço mais que triplicou.

O Centro Ciência Viva de Bragança (CCVB) é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos que integra a Rede Nacional de Centros Ciência Viva. Reconhecido como um canal excecional para comunicar temas de atualidade científica institui-se como um equipamento ideal para envolver os cidadãos na democratização do conhecimento e na promoção de alterações favoráveis do seu comportamento face a questões de extrema pertinência, como o desenvolvimento sustentável, energias renováveis e meio ambiente.

Realizou durante o ano de 2018 uma programação permanente baseada numa premissa de continuidade em atividades com potencial de crescimento e com público fidelizado, bem como

numa aposta em novas atividades, que vieram suprir as necessidades identificadas de variedade de programação e de públicos que procuram atividades originais e diferenciadoras de cultura científica.

Da referida programação destacam-se:

- ✓ Atividades Regulares: Oficinas Dóing, Cafés de Ciência, Do museu ao lar, Festas de Aniversário, Casulo das Histórias, PubHD, Festas de Carnaval e Halloween, Ciência e Sociedade, Feira de Ciências, Workshop de Cogumelos.
- ✓ Exposições Temporárias: Trinca Secos - Um mundo a descobrir, Posters com Ciência.
- ✓ Projetos Estruturados: INTEGRA, Laboratórios de Participação Pública, Projeto SilkHouse, Encontro com o Cientista, Ciência Viva no verão em rede, Erasmus + Formação de Adultos, Escola Ciência Viva.

6.1 Análise económico financeira da atividade consolidada

A análise que se segue tem como suporte o balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado (documentos contabilísticos de base).

O primeiro mapa abrange os elementos acumulados até à data. Sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

Com o objetivo de analisar a situação financeira consolidada do grupo apresenta-se, seguidamente, uma síntese do balanço consolidado relativo aos exercícios de 2017 e 2018.

No que se refere ao balanço consolidado, o exercício de 2018 apresenta um ativo líquido no valor de 230.318.870,75€, sendo o ativo fixo a componente de maior destaque, com uma representatividade de 91,91% e de 211.684.695,08€ em termos absolutos.

Na estrutura dos fundos próprios evidencia-se o valor do património, comportando 47,31% dos fundos próprios e passivo.

Ao nível do passivo que reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos) apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 2,71%.



Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL	SÍNTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO				ANO DE 2018
	2018		2017		
	Valor	estrutura	Valor	estrutura	
ATIVO					
Ativo Fixo					
Bens de domínio público	100 525 689,50	43,65%	102 061 261,90	44,35%	
Imobilizações incorpóreas	317 276,87	0,14%	285 613,68	0,12%	
Imobilizações corpóreas	101 548 386,31	44,09%	101 321 751,10	44,03%	
Investimentos financeiros	9 293 342,40	4,03%	9 555 592,43	4,15%	
Total (Ativo Fixo)	211 684 695,08	91,91%	213 224 219,11	92,66%	
Ativo Circulante					
Existências	266 608,30	0,12%	232 690,58	0,10%	
Dívidas de terceiros	2 343 760,46	1,02%	976 353,39	0,42%	
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	9 174 517,56	3,98%	8 858 247,92	3,85%	
Total (Ativo Circulante)	11 784 886,32	5,12%	10 067 291,89	4,37%	
Acréscimos e Diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	6 835 215,32	2,97%	6 740 013,78	2,93%	
Custos diferidos	14 074,03	0,01%	81 370,60	0,04%	
TOTAL (ACTIVO)	230 318 870,75	100,00%	230 112 895,38	100,00%	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Fundos Próprios					
Património	108 957 873,20	47,31%	107 961 668,79	46,92%	
Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Reservas	2 811 135,02	1,22%	2 758 982,07	1,20%	
Subsídios	65 469,31	0,03%	65 469,31	0,03%	
Doações	14 679 045,19	6,37%	14 678 759,87	6,38%	
Diferenças de consolidação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Resultados transitados	11 974 208,60	5,20%	16 433 927,27	7,14%	
Resultado líquido do exercício atribuível ao grupo	2 412 755,19	1,05%	1 133 596,34	0,49%	
Interesses minoritários	300 640,52	0,13%	313 850,25	0,14%	
Total (Fundos Próprios)	141 201 127,01	61,31%	143 346 253,90	62,29%	
Passivo					
Provisões para riscos e encargos	17 954 699,91	7,80%	12 749 337,85	5,54%	
Dívida a terceiros - M/L prazos	3 338 502,44	1,45%	4 277 187,14	1,86%	
Dívida a terceiros - Curto prazo	2 911 311,91	1,26%	3 291 814,63	1,43%	
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de custos	1 193 728,24	0,52%	1 670 257,41	0,73%	
Proveitos diferidos	63 719 501,24	27,67%	64 778 044,45	28,15%	
Total (Passivo)	89 117 743,74	38,69%	86 766 641,48	37,71%	
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	230 318 870,75	100,00%	230 112 895,38	100,00%	

Valores em euros

A evolução patrimonial do balanço consolidado no período 2017-2018 traduz-se num acréscimo em valor absoluto de 205.975,37€, ou seja, de 0,09%, comportamento evidenciado pelos seguintes agregados:

ATIVO FIXO – Representando 91,91% do ativo líquido, apresenta um decréscimo em valores absolutos de 1.539.524,03€, ou seja, de 0,72%;

ATIVO CIRCULANTE – apresenta um aumento 1.717.594,43€, em relação ao ano anterior. De valor significativo, apresenta o aumento das dívidas de terceiros em 1.367.407,07€ (140,05%);

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os acréscimos de proveitos e os custos diferidos que, verificaram, nos primeiros, um aumento de 95.201,54€ (1,41%) e, nos segundos, um decréscimo de 67.296,57 (82,70%);

FUNDOS PRÓPRIOS – Os fundos próprios registaram um decréscimo de 1,50%, ou seja, 2.145.126,89€. Da sua variada composição apresenta maior relevância o crescimento do património com 996.204,41€ e resultado líquido do exercício atribuível ao grupo com um aumento de 1.279.158,85€.

PASSIVO – Esta componente, aumentada em 2,71%, deverá ser analisada segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ No ano de 2018 as provisões para riscos e encargos aumentaram 5.205.362,06€;
- ✓ No que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de médio e longo e curto prazos apresentam, relativamente a 2017, uma redução de 1.319.187,42€;
- ✓ Relativamente aos acréscimos e diferimentos, ao nível dos proveitos diferidos, componente com maior representatividade do passivo (71,50%), reduzem 1.058.543,21€;

Ao nível da demonstração de resultados consolidada, o ano de 2018, apresenta custos totais no valor de 34.031.458,90€, proveitos no valor 36.362.288,25€ e o resultado líquido ascende a 2.412.755,19€.

Este resultado regista, comparativamente a 2017, um aumento de 122,92% e em valor absoluto 1.285.257,88€. Salientamos que o resultado líquido do período que surge no balanço não é coincidente com o evidenciado no final da demonstração de resultados em virtude de a quota-parte associada aos interesses minoritários ser considerada em linha autónoma do balanço. Deste modo, o resultado líquido que surge no balanço corresponde ao valor atribuível ao grupo público.

Analisando a estrutura dos custos do grupo municipal e por ordem de grandeza, os fornecimentos e serviços externos representam 35,54%, os custos com pessoal 21,76% e as amortizações 19,06%.

A formação dos custos municipais apresenta a seguinte participação: município de Bragança 97,12%, Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark 2,27% e Centro Ciência Viva de Bragança 0,62%.

Ao nível dos proveitos e, igualmente, por ordem de grandeza, as transferências e subsídios representam 42,60%, os impostos e taxas 21,30% e a prestação de serviços 10,15%.

O comportamento dos proveitos consolidados apresenta igual formação à dos custos, com a contribuição do município de Bragança 98,52%, Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark 1,25% e o Centro Ciência Viva de Bragança com 0,23%.

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e de capital, assim como valores cobrados para entrega a terceiros, ou seja, as operações de tesouraria.

Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de Caixa Consolidados		
Saldo da gerência anterior (2017)		8 858 248
Execução orçamental	7 108 951	
Operações de tesouraria	1 749 297	
Receita cobrada na gerência		34 292 526
Receitas orçamentais	32 634 378	
Operações de tesouraria	1 658 149	
Pagamentos efetuados na gerência		33 976 257
Despesas orçamentais	32 142 127	
Operações de tesouraria	1 834 130	
Saldo para a gerência seguinte (2018)		9 174 518
Execução orçamental	7 601 202	
Operações de tesouraria	1 573 315	

Valores em euros

A análise dos fluxos de caixa orçamentais revela que, do saldo inicial de depósitos em instituições financeiras e caixa (saldo da gerência anterior) 7.108.951€ tiveram origem na execução orçamental de 2017. Ao longo do exercício de 2018, as receitas orçamentais cobradas ascenderam a 32.634.378€ e os pagamentos totalizaram 32.142.127€, transitando para o ano de 2018 um saldo de execução orçamental no valor total de 7.601.202€.

Rácios

Com vista a ilustrar a situação financeira consolidada, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação consolidada constante do balanço e da demonstração de resultados.

Quadro 4: Rácios

Rácios	2017	2018
Liquidez geral*	340,36%	453,93%
Liquidez reduzida*	335,67%	447,44%
Liquidez imediata*	210,41%	223,49%
Prazo de segurança de liquidez	58,76%	57,79%
Endividamento	23,25%	24,01%
Estrutura do endividamento*	22,57%	16,16%
Autonomia financeira	38,42%	38,04%
Cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes	72,51%	68,28%
Rendibilidade do capital próprio	0,79%	1,71%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- ✓ **Rácio de liquidez geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.
- ✓ **Rácio de liquidez reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.
- ✓ **Rácio de liquidez imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- ✓ **Prazo de segurança de liquidez** – indica o grau em que o ativo circulante, expurgado do valor das existências, permite fazer face aos custos e perdas operacionais.

- ✓ **Endividamento** – permite apurar o grau em que é utilizado o capital alheio para financiar a do grupo.
- ✓ **Estrutura do endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado.
- ✓ **Autonomia financeira** – mede a autonomia financeira face aos respetivos credores.
- ✓ **Cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- ✓ **Rendibilidade do capital próprio** – reflete a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

7. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica

No cômputo da prossecução das vastas atribuições do município de Bragança pretende-se, entre outros objetivos, a afirmação de uma região competitiva na área económica, capaz de atrair e fixar empresas, entidades e recursos humanos qualificados.

A prioridade atribuída à promoção da inovação e da competitividade teve como reflexo a criação do Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark, fruto de uma parceria entre os municípios de Bragança e Vila Real, o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Portus Park, que se apresenta como uma oportunidade significativa, potenciadora da captação de investimentos à escala internacional, numa lógica de promoção da “hélice tripa”: empresa, administração pública e entidades do sistema científico e tecnológico.

O Centro Ciência Viva de Bragança, aberto ao público desde 30 de junho de 2007, é constituído por dois espaços: o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (projeto da arquiteta italiana Giulia Appolonia, com soluções inovadoras de climatização e energia) e a Casa da Seda instalada num antigo moinho recuperado (de entre os vários que fabricavam neste troço do rio Fervença). Estes constituem espaços lúdicos experimentais, vocacionados para visitas com crianças em idade escolar, promovendo o conhecimento, o pensamento crítico, o despertar de consciências, o interesse e envolvimento de professores, educadores, pais e alunos.

8. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação

No âmbito da prossecução da sua missão, o município de Bragança irá prosseguir uma estratégia que tem como objetivo a criação das condições necessárias para um crescimento próspero e o desenvolvimento sustentável. A implementação de projetos, ações e atividades diferenciadoras permitirão a construção de um território mais atrativo para viver, investir e visitar.

A Associação Brigantia EcoPark pretende continuar a promover e reforçar ações de divulgação do Parque de modo a captar empresas e instituições na área da inovação, assumindo um papel decisivo na dinamização e incremento das atividades de I+D+i, imprescindíveis ao desenvolvimento económico e social, regional e local.

O Centro Ciência Viva de Bragança visará a prossecução do seu objetivo mediante o exercício da divulgação científica e tecnológica através da promoção de ações de desenvolvimento da cultura científica e tecnológica junto da população e, em especial, junto da comunidade juvenil, dando ênfase às temáticas relacionadas com o ambiente e energia através de módulos e atividades de monitorização e interpretação ambiental.

9. Factos relevantes após o encerramento do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.



Balanço Consolidado
2018

Handwritten signature
11/11/18

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		BALANÇO CONSOLIDADO			ANO DE 2018
Código das contas do POCAL	Ativo	2018			Balanco Consolidado 2017
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	6 350 501,80	0,00	6 350 501,80	6 218 722,85
452	Edifícios	422 563,52	126 355,15	296 208,37	346 153,71
453	Outras construções e infra-estruturas	140 933 989,26	55 560 869,45	85 373 119,81	86 585 773,63
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	1 450 029,73	254 624,81	1 195 404,92	1 109 340,49
459	Outros bens de domínio público	142 108,48	142 108,48	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	7 310 454,60	0,00	7 310 454,60	7 801 271,22
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		156 609 647,39	56 083 957,89	100 525 689,50	102 061 261,90
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1 822 916,78	1 771 550,88	51 365,90	51 658,28
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	884 480,78	884 480,78	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	265 910,97	0,00	265 910,97	233 955,40
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 973 308,53	2 656 031,66	317 276,87	285 613,68
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	15 987 233,58	0,00	15 987 233,58	15 911 116,35
422	Edifícios e outras construções	89 850 335,23	14 606 712,19	75 243 623,04	74 554 242,75
423	Equipamento básico	9 447 416,26	7 526 603,07	1 920 813,19	2 067 935,92
424	Equipamento de transporte	5 297 264,89	4 094 136,81	1 203 128,08	1 052 713,48
425	Ferramentas e utensílios	1 132 271,14	1 017 200,28	115 070,86	170 246,29
426	Equipamento administrativo	2 920 283,34	2 501 007,68	419 275,66	397 826,77
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	116 402,00	108 947,47	7 454,53	9 077,57
442	Imobilizações em curso	6 651 787,37	0,00	6 651 787,37	7 158 591,97
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		131 402 993,81	29 854 607,50	101 548 386,31	101 321 751,10
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 112 136,32	0,00	1 112 136,32	1 111 251,28
412	Obrigações e títulos de participação	968 260,50	0,00	968 260,50	1 506 185,25
414	Investimentos em imóveis	7 331 975,38	120 469,28	7 211 506,10	6 937 297,79
415	Outras aplicações financeiras	1 439,48	0,00	1 439,48	858,11
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação				
		9 413 811,68	120 469,28	9 293 342,40	9 555 592,43
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	264 534,45	0,00	264 534,45	230 506,15
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	2 073,85	0,00	2 073,85	2 184,43
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		266 608,30	0,00	266 608,30	232 690,58
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	4 771,00	0,00	4 771,00	3 952,00
212	Contribuintes c/c	72 262,87	0,00	72 262,87	77 173,74
213	Utentes c/c	758 238,41	0,00	758 238,41	707 681,05
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	883 412,55	779 572,67	103 839,88	55 905,40
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	16 257,11	0,00	16 257,11	16 257,11
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	1 388 391,19	0,00	1 388 391,19	115 384,09
		3 123 333,13	779 572,67	2 343 760,46	976 353,39
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	9 161 574,51	0,00	9 161 574,51	8 847 086,53
11	Caixa	12 943,05	0,00	12 943,05	11 161,39
		9 174 517,56	0,00	9 174 517,56	8 858 247,92
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	6 835 215,32	0,00	6 835 215,32	6 740 013,78
272	Custos diferidos	14 074,03	0,00	14 074,03	81 370,60
		6 849 289,35	0,00	6 849 289,35	6 821 384,38
	Total de amortizações		88 715 066,33		
	Total de provisões/ajustamentos		779 572,67		
	Total do ativo	319 813 509,75	89 494 639,00	230 318 870,75	230 112 895,38

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		BALANÇO CONSOLIDADO		ANO DE 2018	
Código das contas do POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios			
		2018	2017		
	Fundos próprios:				
51	Património/capital	108 957 873,20	107 961 668,79		
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00		
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00		
	Reservas:				
571	Reservas legais	2 811 135,02	2 758 982,07		
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00		
573	Reservas contratuais	0,00	0,00		
574	Outras reservas livres	0,00	0,00		
575	Subsídios	65 469,31	65 469,31		
576	Doações	14 679 045,19	14 678 759,87		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos				
578+579	Outras reservas	0,00	0,00		
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00		
59	Resultados transitados	11 974 208,60	16 433 927,27		
		138 487 731,32	141 898 807,31		
88	Resultado líquido do exercício atribuível ao grupo	2 412 755,19	1 133 596,34		
	Total dos fundos próprios/capital próprio atribuível ao grupo	140 900 486,50	143 032 403,65		
	Interesses minoritários	300 640,52	313 850,25		
	Total dos fundos próprios/capital próprio	141 201 127,01	143 346 253,90		
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos	17 954 699,91	12 749 337,85		
	Dívidas a terceiros - médio e longo prazos (a)				
2312	Empréstimos de médio e longo prazos	3 284 710,19	3 631 676,89		
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	0,00		
264	Administração autárquica	0,00	0,00		
262+263+267+268	Outros credores	53 792,25	645 510,25		
		3 338 502,44	4 277 187,14		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo				
2311	Empréstimos de curto prazo/Dívidas a instituições de crédito	321 963,44	479 611,10		
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		
221	Fornecedores c/c	70 521,60	93 536,48		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	637 702,27	577 102,95		
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	13 103,28	13 103,28		
2611 a 2618	Fornecedores de imobilizado c/c	16 064,54	28 488,43		
24	Estado e outros entes públicos	235 589,60	200 443,17		
264	Administração autárquica	0,00	0,00		
263+267+268	Outros credores	146 756,68	254 438,45		
217+222+2613+262	Credores de cauções	1 469 610,50	1 645 090,77		
		2 911 311,91	3 291 814,63		
	Acréscimos e Diferimentos:				
273	Acréscimos de Custos	1 193 728,24	1 670 257,41		
274	Proveitos diferidos	63 719 501,24	64 778 044,45		
		64 913 229,48	66 448 301,86		
	Total do passivo	89 117 743,74	86 766 641,48		
	Total dos fundos próprios e do passivo	230 318 870,75	230 112 895,38		

Valores em euros



Demonstração Consolidada
dos Resultados

2018

Handwritten signature

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA		ANO DE 2018
Código das Contas do POCAL		DR Consolidada 2018	DR Consolidada 2017	
	Custos e perdas			
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	728 062,14	1 041 955,10	
62	Fornecimentos e serviços externos:	12 093 841,17	12 325 431,75	
	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações	5 893 308,10	5 532 229,82	
643 a 648	Encargos sociais	1 513 163,62	1 423 997,04	
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	1 504 531,43	1 292 867,18	
66	Amortizações do exercício	6 488 080,48	6 309 158,92	
67	Provisões do exercício	3 404 758,23	270 773,26	
65	Outros custos operacionais	159 449,20	147 581,47	
	(A)	31 785 194,37	28 343 994,54	
68	Custos e perdas financeiros	159 833,08	171 155,96	
	(C)	31 945 027,45	28 515 150,50	
69	Custos e perdas extraordinários	2 086 431,45	2 967 828,50	
	(E)	34 031 458,90	31 482 979,00	
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00	
	(G)	34 031 458,90	31 482 979,00	
88	Resultado líquido do exercício	2 330 829,34	1 045 571,47	
	Atribuível ao grupo público	2 412 755,19	1 133 596,34	
	Atribuível a Interesses não controlados pelo grupo	-81 925,84	-88 024,87	
	(X)	36 362 288,25	32 528 550,46	
	Proveitos e ganhos			
	Vendas e prestações de serviços:			
7111	Venda de mercadorias	220,41	256,29	
7112+7113	Venda de produtos	2 241 968,62	1 870 886,95	
712	Prestações de serviços	3 691 247,49	3 580 371,05	
72	Impostos e taxas	7 746 825,56	7 554 852,71	
(a)	Variação da produção	0,00	0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	
73	Proveitos suplementares	99 472,16	10 477,09	
74	Transferências e subsídios obtidos/subsídios à exploração	15 491 868,22	15 019 435,96	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00	
	(B)	29 271 602,46	28 036 280,05	
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 911 167,38	1 864 736,22	
	(D)	31 182 769,84	29 901 016,27	
79	Proveitos e ganhos extraordinários	5 179 518,41	2 627 534,19	
	(F)	36 362 288,25	32 528 550,46	
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-2 513 591,91	-307 714,49	
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	1 751 334,30	1 693 580,26	
	Resultados Correntes: (D - C)	-762 257,62	1 385 865,77	
	Resultado Líquido de Exercício: (F - G)	2 330 829,34	1 045 571,47	

Valores em euros

Mapa de Fluxos de Caixa
Consolidado

2018

[Handwritten signature]

ENTIDADE:		MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO		ANO DE 2018	
GRUPO MUNICIPAL				Período: 2018/01/01 a 2018/12/31	
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo gerência anterior		8 858 248	Despesas orçamentais		32 142 127
Execução Orçamental	7 108 951		Correntes	23 785 460	
Operações de Tesouraria	1 749 297		Capital	8 356 666	
Receltas orçamentais		32 634 378	Operações de tesouraria		1 834 130
Correntes	30 193 765				
Capital	2 412 779		Saldo para a gerência seguinte		9 174 518
Outras	27 834		Execução orçamental	7 601 202	
Operações de Tesouraria		1 658 149	Operações de tesouraria	1 573 315	
Total		43 150 774	Total		43 150 774

Valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2019

Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2019

Handwritten signatures and initials:
 - Top signature: *Francisco*
 - Second signature: *[Illegible]*
 - Third signature: *[Illegible]*
 - Fourth signature: *[Illegible]*
 - Fifth signature: *[Illegible]*
 - Bottom signature: *[Illegible]*



Anexos às Demonstrações
Financeiras Consolidadas

2018



De harmonia com o preceituado no RFALEI, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem obrigatoriamente o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Igualmente, é referido que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo remetendo, assim, para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo».

Segundo a referida orientação, estes documentos devem seguir a estrutura idêntica à prevista no POCAL, tendo sido sugerido pelo SATAPOCAL o modelo de estrutura do anexo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial do modelo sugerido. As notas não mencionadas, ou não são aplicáveis, ou dizem respeito a factos ou a situações que não existe informação disponível para divulgação, mantendo-se, contudo, a referida ordenação.



1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

A entidade consolidante é o **município de Bragança**. Enquanto pessoa coletiva territorial de âmbito municipal, através dos seus órgãos, visa a prossecução dos interesses próprios da população que representa, desempenhando funções no âmbito das suas atribuições e que se encontram dispostas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

As entidades que são incluídas no perímetro de consolidação do município, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, são as seguintes:

A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a promoção, lançamento e gestão do Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia e visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior. Esta associação, com sede no concelho de Bragança, tem como associados fundadores o município de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança, o município de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (Portus Park);

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., tem como missão a produção de fotografia aérea, cadastro, cartografia, ortofotomapas, cadastro de infraestruturas, formação, sistemas de informação geográfica, geolocalização de viaturas, operar com tecnologia LiDAR, laser terrestre, videogrametria e desenvolvimento de aplicações. Tem a sua sede no Taguspark, Av. Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11 – 3.º B, Porto Salvo, Oeiras;

O Centro Ciência Viva de Bragança (CCVB) é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos que integra a Rede Nacional de Centros Ciência Viva. Tem como membros fundadores, o município de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança e a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. É reconhecido como um canal excecional para comunicar temas de atualidade científica e institui-se como um equipamento ideal para envolver os cidadãos na

democratização do conhecimento e na promoção de alterações favoráveis do seu comportamento face a questões de extrema pertinência, como desenvolvimento sustentável, energias renováveis e meio ambiente.

As restantes entidades incluídas no quadro n.º 1, que consta do presente relatório de gestão, são excluídas do perímetro de consolidação, por não se enquadrarem no disposto no RFALEI.

Quadro 5: Trabalhadores ao Serviço por Categoria

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2018

Categoria	N.º de Trabalhadores				Total
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Centro Ciência Viva de Bragança	
Executivo/Administrador	4			1	5
Dirigente	10				10
Técnico superior	40	3		2	45
Assistente técnico	79				79
Assistente operacional	218	1		4	223
Informática	4				4
Outros	19	2		7	28
TOTAL	374	6	0	14	394

Nota: não foi preenchido o n.º de trabalhadores da entidade Município

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e o município de Bragança o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema, ou seja, o utilizado pela entidade consolidante (POCAL).

O município (entidade-mãe) deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o disposto no ponto 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL.

Não foram identificadas situações em que a aplicação das normas de consolidação não fosse suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Não foram afastadas normas de consolidação.

3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tal como consta no quadro n.º 1, e já referido anteriormente, foi utilizado o método de consolidação integral, equivalência patrimonial e simples agregação.

Para efeitos de aplicação do *método de consolidação integral*, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 «Investimentos em subsidiárias e consolidação», consistindo o mesmo na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

1. Homogeneização (temporal e valorativa) da informação;
2. Agregação (soma) de dados;
3. Anulação dos movimentos contabilísticos resultantes das operações internas.

O *método de equivalência patrimonial* consiste na substituição, no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

O *método da simples agregação* aplica-se quando na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante. Este método traduz-se na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo.

As datas usadas na preparação das demonstrações financeiras são reportadas a 31 de dezembro de 2018, tendo sido combinadas as demonstrações financeiras da entidade mãe e suas participadas, linha a linha, adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, proveitos e custos.

A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem informação acerca do grupo como se de uma única entidade se tratasse, foram dados os seguintes passos:

- a) Eliminação da participação financeira da empresa detentora e dos capitais próprios da participada;
- b) A eliminação das operações internas obedeceu, designadamente, às seguintes anulações recíprocas:
 - ✓ Créditos e débitos — Para a elaboração do balanço consolidado, os créditos e débitos, entre as entidades que integram o perímetro de consolidação;
 - ✓ Custos e proveitos — Para a elaboração da demonstração consolidada dos resultados, os custos e proveitos, relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

3. a) e b)

Correções de Consolidação

Eliminação dos investimentos financeiros

	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Investimentos financeiros a eliminar
Investimentos financeiros	1 600 000,00		
Património		2 159 000,00	2 159 000,00
Investimentos financeiros a eliminar (interesses minoritários)			-559 000,00

Valores em euros

Município de Bragança	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark	
Participação	1 600 000,00
Eliminação do MEP - Custos e perdas financeiros	-48 945,15
Eliminação do MEP - Resultados transitados	-533 018,48
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	
Aplicação do MEP	-588,52
	1 017 447,85

Valores em euros

Interesses Minoritários

Município de Bragança	
Eliminação dos investimentos financeiros	559 000,00
Participação nos resultados transitados	-186 328,15
Participação nos resultados líquidos	-17 199,89
Participação nas anulações e harmonização do resultado líquido	-64 725,95
Harmonização amortizações exercícios anteriores	33 638,18
Harmonização subsídios investimento exercícios anteriores	-30 179,17
Retificação subsídios ao investimento de anos anteriores	6 335,81
Participação nas doações obtidas	99,68
	300 640,52

Valores em euros

Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial com a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Município de Bragança	
Investimentos financeiros - valor contabilístico	24 939,80
Investimentos financeiros - valor aplicando o MEP	25 528,32
Participação nos resultados anos anteriores (Resultados Transitados /Balanço)	541,57
Ganhos na participada (DR)	46,95
Ajustamentos de partes de capital em empresas	588,52

Valores em euros

Eliminação das operações recíprocas

1. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de Saldos

	41 - Investimentos financeiros	51 - Património
Município de Bragança	1 600 000,00	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark		1 600 000,00

Valores em euros

	27 - Proveitos diferidos	59 - Resultados transitados
Município de Bragança		91 691,27
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	82 040,84	

Nota: Diferença, considerada na DR, efeito nos resultados do exercício em 9.650,43 €

Valores em euros

2. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de transações

	62 - Fornecimentos e serviços externos	63 - Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	71 - Vendas e prestações de serviços	74 - Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração
Município de Bragança		260 000,00	114,90	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	114,90			260 000,00

Valores em euros

	62 - Fornecimentos e serviços externos	63 - Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	78 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	74 - Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração
Município de Bragança		145 001,00	5 997,10	
Centro Ciência Viva de Bragança	5 997,10			145 001,00

Valores em euros

3. Resumo das retificações relacionadas com a harmonização das amortizações

	Harmonização (eliminações) das amortizações do exercício		
	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Edifícios e outras construções	65 512,23	8 261,37	73 773,60
Equipamento básico	-20 727,80	872,47	-19 855,33
Equipamento de transporte	0,00	1 733,31	1 733,31
Ferramentas e utensílios	0,00	-295,36	-295,36
Equipamento administrativo	4 458,17	670,85	5 129,02
	49 242,60	11 242,64	60 485,24

Valores em euros

	Harmonização das amortizações acumuladas		
	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Edifícios e outras construções	260 644,96	37 174,91	297 819,87
Equipamento básico	-91 339,25	5 615,60	-85 723,65
Equipamento de transporte	0,00	5 486,39	5 486,39
Ferramentas e utensílios	0,00	228,66	228,66
Equipamento administrativo	9 856,09	4 471,67	14 327,76
	179 161,80	52 977,23	232 139,03

Valores em euros

Harmonização das amortizações acumuladas n-1 (efeito em resultados transitados)			
	Associação para o		Total
	Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	
Edifícios e outras construções	195 132,73	28 913,54	224 046,27
Equipamento básico	-70 611,45	4 743,13	-65 868,32
Equipamento de transporte	0,00	3 753,08	3 753,08
Ferramentas e utensílios	0,00	524,02	524,02
Equipamento administrativo	5 397,92	3 800,82	9 198,74
	129 919,20	41 734,59	171 653,79

Valores em euros

4. Harmonização valorimetria subsídios ao investimento

Harmonização dos subsídios ao investimento - Passivo		
	Associação para o	
	Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Total
Imobilizado corpóreo	155 905,17	155 905,17
	155 905,17	155 905,17

Valores em euros

Harmonização dos subsídios ao investimento - Resultados Transitados		
	Associação para o	
	Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Total
Imobilizado corpóreo	116 559,61	116 559,61
	116 559,61	116 559,61

Valores em euros

Retificação subsídios ao investimento de anos anteriores		
	27 - Proveitos diferidos	59 - Resultados transitados
	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	24 470,50
	24 470,50	24 470,50

Valores em euros

Harmonização (eliminações) dos subsídios ao investimento			
	Associação para o		Total
	Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	
Imobilizado Corpóreo	39 345,56	9 650,43	48 995,99
	39 345,56	9 650,43	48 995,99

Valores em euros

4 - Informações relativas ao endividamento

Embora a estrutura sugerida do modelo refira, neste ponto, exclusivamente o endividamento de médio e longo prazos informamos, complementarmente, sobre as dívidas de médio e longo prazos cujo grau de exigibilidade será de curto prazo.

4 a) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O grupo municipal apresenta o seguinte endividamento de médio e longo prazos:

Quadro 6: Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		Dívidas a terceiros de médio/longo prazos				Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
Código /designação das contas a)		b)			Total		
		Município de Braga	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Braga			
		1	2	3	4=1+2+3	5	6=4-5
23.1.2	Empréstimos de médio e longo prazo						
	Banco Bilbao Vizcaya	463 032,06			463 032,06		463 032,06
	Banco Bilbao Vizcaya	749 999,94			749 999,94		749 999,94
	Banco Bilbao Vizcaya	791 666,61			791 666,61		791 666,61
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	416 635,11	575 000,00		991 635,11		991 635,11
	Inst. F. Desenv. Regional I.P	288 376,47			288 376,47		288 376,47
	Banco Popular Portugal, S.A	0,00			0,00		0,00
26.8	Outros Credores - FAM	53 792,25			53 792,25		53 792,25
TOTAL		2 763 502,44	575 000,00		3 338 502,44	0,00	3 338 502,44

a) A desagregar de acordo com as rubricas de balanço consolidado relativo às dívidas a terceiros - médio e longo prazos

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Valores em euros

4 b) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos – exigibilidade de curto prazo

Considerando que as entidades participadas refletem nas suas demonstrações financeiras os seus passivos com entidades, discriminados conforme o grau de exigibilidade, o quadro seguinte informa sobre o endividamento com entidades financeiras e fornecedores de imobilizado, cuja exigibilidade é de curto prazo:

Quadro 7: Endividamento de Curto Prazo Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		Dívidas a terceiros - de curto prazo					ANO: 2018	
Código / designação das contas a)		a)			Total	Eliminação de Créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado	
		Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança				
		1	2	3	4=1+2+3	5	6=4-5	
23.1.1	Empréstimos de curto prazo							
	Banco Bilbao Vizcaya	86 818,44			86 818,44		86 818,44	
	Banco Bilbao Vizcaya	83 333,34			83 333,34		83 333,34	
	Banco Bilbao Vizcaya	83 333,34			83 333,34		83 333,34	
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	35 909,54			35 909,54		35 909,54	
	Inst. F. Desenv. Regional I.P	32 568,78			32 568,78		32 568,78	
26.8	Outros Credores - FAM	107 584,50			107 584,50		107 584,50	
TOTAL		429 547,94	0,00		429 547,94	0,00	429 547,94	

a) embora a natureza das dívidas seja de médio e longo prazos, o grau de exigibilidade (obrigação de pagamento) é de curto prazo

Valores em euros

4 c) – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial

O grupo municipal apresentará, numa ótica previsional, as seguintes dívidas a terceiros em 31 de dezembro de 2022:

Quadro 8: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2022

Código / designação das contas a)	Capital em Dívida em 31/12/2018				Pagamentos previstos durante os próximos 4 anos			Total dos pagamentos previstos Grupo Público consolidado	Capital Consolidado Previsível em Dívida no fim de 2021
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimen to do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total Grupo Público consolidado	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimen to do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança		
Entidades financeiras	Banco Bilbao Vizcaya	549 850,50			549 850,50	347 273,76		347 273,76	202 576,74
	Banco Bilbao Vizcaya	833 333,28			833 333,28	333 333,36		333 333,36	499 999,92
	Banco Bilbao Vizcaya	874 999,95			874 999,95	333 333,36		333 333,36	541 666,59
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	452 544,65	575 000,00		1 027 544,65	159 332,48		159 332,48	868 212,17
	Inst. F. Desenv. Regional I.P	320 945,25			320 945,25	127 623,13		127 623,13	193 322,12
Outros	Outros Credores - FAM	161 376,75			161 376,75	161 376,75		161 376,75	0,00
TOTAL		3 193 050,38	575 000,00		3 768 050,38	1 462 272,84	0,00	1 462 272,84	2 305 777,54

Nota: Este quadro inclui igualmente as dívidas cujo grau de exigibilidade é considerada de curto prazo

Valores em euros

5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa seguinte apresenta os saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas.

Quadro 9: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark

Tipo de fluxos	Município de Bragança e Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo final
1	2	3	4	5=(1+2)-(3+4)	6	7	8	9	10=(6+7)-(8+9)	
Transferências		260 000,00		260 000,00	0,00		260 000,00		260 000,00	0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais		6 111,91		6 111,91	0,00		6 111,91		6 111,91	0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	266 111,91	0,00	266 111,91	0,00	0,00	266 111,91	0,00	266 111,91	0,00

Valores em euros

Quadro 10: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e o Centro Ciência Viva de Bragança

Tipo de fluxos	Município de Bragança e Centro Ciência Viva de Bragança									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo final
1	2	3	4	5=(1+2)-(3+4)	6	7	8	9	10=(6+7)-(8+9)	
Transferências		145 001,00		145 001,00	0,00		145 001,00		145 001,00	0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais		5 997,01		5 997,01	0,00		5 997,01		5 997,01	0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	150 998,01	0,00	150 998,01	0,00	0,00	150 998,01	0,00	150 998,01	0,00

Valores em euros

6 – Informações relativas a compromissos

6 a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação incluindo, relativamente às entidades que

adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros.

Não figuram no balanço consolidado os encargos financeiros com juros de empréstimos a pagar em exercícios futuros. Com caráter previsional o município presume que, para o ano de 2019, os mesmos ascendam a 82 379,03€.

O município de Bragança apresenta nas contas individuais o valor de 10.247.89,92€ de compromissos assumidos para exercícios futuros, desagregados nos seguintes agrupamentos económicos:

01 – Despesas com o pessoal	181.805,75€
02 – Aquisição de Bens e Serviços	2.535.192,75€
03 – Juros e outros encargos	32.405,07€
04 – Transferências correntes	132.437,80€
07 – Aquisição de bens de capital	7.101.579,28€
09 – Ativos financeiros	161.376,75€
10 – Passivos financeiros	102.292,52€

7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

O setor privado já utiliza o SNC – Sistema de Normalização Contabilística que transpôs para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos setoriais de Contabilidade do Setor Público, neste caso particular o POCAL, ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões, nomeadamente quando o perímetro engloba entidades que utilizam o SNC.

Os critérios valorimétricos utilizados pela entidade consolidante, relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões, são os seguintes:

Imobilizado: Regra geral, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização;

Amortizações: O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril;

Existências: São valorizadas ao custo de aquisição ou produção, sem prejuízo das exceções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos. O método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio ponderado;

Dívidas de e a Terceiros: As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam;

Provisões: O POCAL estabelece um conjunto de princípios contabilísticos, entre os quais o princípio da prudência, cuja aplicação deverá conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade. Decorre da aplicação deste princípio a possibilidade de integração nas contas de um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou de provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Considerando que a constituição de provisões deve respeitar apenas as situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às suas necessidades, são contabilizadas as seguintes provisões:

- ✓ **Provisões para cobrança duvidosa** - Quanto às dívidas de clientes, contribuintes e utentes cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado,

são constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL. Nestes termos, foi considerada a provisão de 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e a provisão de 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses;

- ✓ **Provisões para riscos e encargos, processos judiciais em curso** - Esta conta serve para registar as responsabilidades de natureza específica e provável, derivadas da instauração de processos judiciais e cuja resolução pelos tribunais está em curso;
- ✓ **Provisões para investimentos financeiros** – Esta conta serve para registar as diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Acréscimos e Diferimentos: Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos;

Disponibilidades: As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

8 a) – As **despesas de instalação, investigação e desenvolvimento** do exercício não apresentam movimentos.

8 b) – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço consolidado, e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões.



Quadro 11: Mapa do Ativo Bruto Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		ANO:2018		
Rubricas	Saldo inicial grupo público	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final grupo público
Activo Bruto				
41 Investimentos financeiros:	9 637 329,66	369 823,62	593 341,60	9 413 811,68
4111 Associações de municípios	12 000,00	0,00	0,00	12 000,00
4112 Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00
4113 Empresas privadas ou cooperativas	3 741,00	0,00	0,00	3 741,00
4114 Empresas publicas	1 095 510,28	885,04	0,00	1 096 395,32
4122 Obrigações e títulos de participação - FAM	1 506 185,25	0,00	537 924,75	968 260,50
4141 Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	1 166 339,34	8 125,00	426,45	1 174 037,89
4142 Inv. imóveis- Edifícios e outras construções	5 852 695,68	360 232,21	54 990,40	6 157 937,49
4153 Outras aplicações financeiras - Outros títulos	858,11	581,37	0,00	1 439,48
42 Imobilizações corpóreas:	129 342 886,84	5 400 140,92	3 340 033,95	131 402 993,81
421 Terrenos e recursos naturais	15 911 116,35	159 099,84	82 982,61	15 987 233,58
422 Edifícios e outras construções	87 819 073,78	2 459 997,45	428 736,00	89 850 335,23
423 Equipamento básico	9 095 440,34	571 801,93	219 826,01	9 447 416,26
424 Equipamento de transporte	5 022 714,13	377 371,75	102 820,99	5 297 264,89
425 Ferramentas e utensílios	1 250 776,42	8 035,65	126 540,93	1 132 271,14
426 Equipamento administrativo	2 945 980,44	175 399,15	201 096,25	2 920 283,34
429 Outras Imobilizações Corpóreas	139 193,41	250,00	23 041,41	116 402,00
442 Imobilizações em Curso	7 158 591,97	1 648 185,15	2 154 989,75	6 651 787,37
43 Imobilizações incorpóreas:	2 975 110,28	31 955,57	33 757,32	2 973 308,53
431 Despesas de instalação	1 856 674,10	0,00	33 757,32	1 822 916,78
432 Despesas de Investigação e Desenvolvimento	884 480,78	0,00	0,00	884 480,78
443 Imobilizações em Curso	233 955,40	31 955,57	0,00	265 910,97
45 Bens de domínio público	154 115 985,76	5 552 793,57	3 059 131,94	156 609 647,39
451 Terrenos e recursos naturais	6 218 722,85	131 778,95	0,00	6 350 501,80
452 Edifícios	468 261,67	0,00	45 698,15	422 563,52
453 Outras construções	138 125 256,83	3 054 427,54	245 695,11	140 933 989,26
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	1 360 364,71	89 706,16	41,14	1 450 029,73
459 Outros bens do domínio publico	142 108,48	0,00	0,00	142 108,48
445 Imobilizações em Curso	7 801 271,22	2 276 880,92	2 767 697,54	7 310 454,60
TOTAL	296 071 312,54	11 354 713,68	7 026 264,81	300 399 761,41

Valores em euros

O imobilizado bruto do grupo público da autarquia apresenta um montante de 300.399.761,41€, evoluindo 1,46% face ao ano anterior, ou seja, 4.328.448,87€. Globalmente, podemos concluir que para a variação positiva do imobilizado, contribuíram os aumentos no valor de 11.354.713,68€ (3.957.021,64€ associados a imobilizado em curso) e as diminuições derivadas de transferências e abates no valor de 7.026.264,81€.

Quadro 12: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		ANO:2018			
Rubricas	Saldo Inicial Grupo Público	Reforços	Regularizações	Saldo Final Grupo Público	
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	82 847 093,43	6 550 195,66	682 222,75	88 715 066,33	
48.1 De Investimentos em Imóveis	81 737,23	40 896,01	2 163,96	120 469,28	
48.1.2 Edifícios e Outras Construções	81 737,23	40 896,01	2 163,96	120 469,28	
48.2 De Imobilizações Corpóreas	28 021 135,74	2 460 270,81	626 799,04	29 854 607,51	
48.2.2 Edifícios e Outras Construções	13 264 831,04	1 353 370,14	11 489,01	14 606 712,17	
48.2.3 Equipamento básico	7 027 504,41	683 261,35	184 162,69	7 526 603,07	
48.2.4 Equipamento de transporte	3 970 000,65	226 957,15	102 820,99	4 094 136,81	
48.2.5 Ferramentas e utensílios	1 080 530,13	40 540,47	103 870,32	1 017 200,28	
48.2.6 Equipamento administrativo	2 548 153,67	154 508,28	201 654,27	2 501 007,68	
48.2.9 Outras imobilizações corpóreas	130 115,84	1 633,43	22 801,76	108 947,51	
48.3 De Imobilizações Incorpóreas	2 689 496,60	0,00	33 464,94	2 656 031,66	
48.3.1 Despesas de instalação	1 805 015,82	0,00	33 464,94	1 771 550,88	
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	884 480,78	0,00	0,00	884 480,78	
48.5 Bens de Domínio Público	52 054 723,86	4 049 028,84	19 794,81	56 083 957,89	
48.5.2 Edifícios	122 107,96	4 247,19	0,00	126 355,15	
48.5.3 Outras construções	51 539 483,20	4 041 179,61	19 793,36	55 560 869,45	
48.5.5 Bens do património histórico, artíst. e cultural	251 024,22	3 602,04	1,45	254 624,81	
48.5.9 Outros bens de domínio público	142 108,48	0,00	0,00	142 108,48	
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	
49.1 Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	82 847 093,43	6 550 195,66	682 222,75	88 715 066,33	

76 452 885,51 € Valores em euros

As **amortizações acumuladas do grupo público** apresentam no final do ano de 2018 e em termos absolutos 88.715.066,33€, resultante da incrementação ao saldo inicial (82.847.093,43€) o valor de 6.550.195,66€ de aumentos e 682.222,75€ de diminuições.

O seguinte quadro apresenta os valores globais repartidos pelas entidades que compreendem o grupo público.

Quadro 13: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público

	Saldo Inicial	Reforços		Regularizações	Saldo Final
		Exercício	Exercícios anteriores		
Município de Bragança	80 837 811,28	6 076 638,22	23 976,31	689 663,25	86 248 762,56
Brigantia EcoPark	1 239 749,74	432 208,22			1 671 957,96
Centro Ciência Viva de Bragança	769 532,41	17 372,91		-7 440,50	794 345,81
Total do Grupo Público	82 847 093,43	6 526 219,35	23 976,31	682 222,75	88 715 066,33

Valores em euros

Os reforços do exercício perfazem o montante de 6.526.219,35€ e 23.976,31€ referentes a exercícios anteriores. Relativamente às regularizações totalizaram 682.222,75€, provenientes de abates, alienações e outras.

8 j) – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Quadro 14: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços

Designação	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Vendas	2 241 968,62		220,41	2 242 189,03
Prestação de serviços	3 613 567,28	60 416,95	17 263,26	3 691 247,49
TOTAL	5 855 535,90	60 416,95	17 483,67	5 933 436,52

Valores em euros

Detalhando as vendas expressas no quadro, as principais componentes são referentes à venda da água de abastecimento público no valor de 1.329.698,17€ e eletricidade no valor de 742.405,58€.

No que concerne às prestações de serviços, os resíduos sólidos evidenciam a maior parcela de proveitos, no valor de 1.601.951,05€. Dos restantes proveitos, o valor que nos parece de evidenciar diz respeito às rendas e alugueres, no valor de 895.448,63€.

8 m) – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização no desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Quadro 15: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

	Remunerações a)			Total
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	
Órgão Executivo	233 602,93	0,00	24 515,84	258 118,77
Órgão Deliberativo	42 238,20	1 845,00	1 845,00	45 928,20
TOTAL	275 841,13	1 845,00	26 360,84	304 046,97

Valores em euros

a) Considerado o princípio da especialização dos exercícios

8 q) – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADA				ANO DE 2018	
Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	90 795,92	125 941,08	781	Juros obtidos	617,56	1 434,93
682	Perdas em entidades participadas		69 700,25	782	Ganhos em entidades participadas		76,44
683	Amortizações de investimentos em imóveis	38 138,84	38 014,89	783	Rendimento de imóveis	1 832 490,49	1 842 227,08
684	Provisões para aplicações financeiras		0,00	784	Rendimentos de participações de capital	4 545,45	4 968,69
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis		0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis		0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos		0,05
688	Outros custos e perdas financeiras	30 898,32	7 199,99	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0,00
	Resultados financeiros	1 751 334,30	1 623 880,01	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	73 513,88	16 029,03
		1 911 167,38	1 864 736,22			1 911 167,38	1 864 736,22

Valores em euros

8 r) – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA				ANO DE 2018	
Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	1 510 589,91	2 172 989,48	791	Restituição de impostos		5,47
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		0,00
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		0,00
694	Perdas em imobilizações	359 313,07	10 426,29	794	Ganhos em imobilizações	83 312,34	16 567,83
695	Multas e penalidades			795	Benefícios e penalidades contratuais	28 502,86	27 586,94
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	2 590 097,25	0,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	200 597,32	776 354,05	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	22 457,95	61 138,26
698	Outros custos e perdas extraordinários	15 931,15	8 058,68	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 455 148,01	2 522 235,69
	Resultados extraordinários	3 093 086,96	-340 294,31			5 179 518,41	2 627 534,19
		5 179 518,41	3 068 522,09				

Valores em euros

8 s) Movimentos ocorridos nas provisões

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		MAPA DAS PROVISÕES CONSOLIDADO			2018
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	697 076,35	82 496,32		779 572,67
292	Provisões para riscos e encargos	12 749 337,85	7 795 459,31	2 590 097,25	17 954 699,91
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00			0,00
TOTAL		13 446 414,20	7 877 955,63	2 590 097,25	18 734 272,58

Valores em euros

A conta de clientes, contribuintes e utentes, de acordo com o risco de incobrabilidade dos respetivos créditos sobre clientes e utentes, sofreu um incremento no exercício de 2018 de 82.496,32€.

As provisões para riscos e encargos - processos judiciais em curso - de acordo com os processos instaurados e que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2018, sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes, ascendem ao valor global considerado previsível de 17.954.699,91€. Durante o exercício de 2018 procedeu-se ao aumento das provisões no valor de 7.795.459,31€.

O município de Bragança considerou dar especial importância ao princípio da prudência, encontrando-se aprovisionada a totalidade da dívida que o próprio impugnou, por considerar indevida, à sociedade Águas do Norte, S.A., cujo valor ascende a 12.117.464,27€.

9. Informações diversas

9 b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Seguidamente apresenta-se o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Quadro 16: Mapa da Dívida Bruta Consolidada

Dívida Bruta Consolidada	Saldo a 31/12/2018
Médio e longo prazos	3 338 502,44
Instituições financeiras	3 284 710,19
Fornecedores de imobilizado c/c	0,00
Outros Credores	53 792,25
Curto prazo	2 911 311,91
Instituições financeiras	321 963,44
Fornecedores c/c	70 521,60
Fornecedores - faturas em receção e conferência	637 702,27
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	13 103,28
Fornecedores de imobilizado c/c	16 064,54
Estado e outros entes públicos	235 589,60
Administração Autárquica	0,00
Outros credores	146 756,68
Credores de cauções	1 469 610,50
TOTAL	6 249 814,35

Valores em euros

Certificação Legal das
Contas Consolidadas

2018

[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município de Bragança** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 230.318.870,75 euros e um total de fundos próprios de 141.201.127.01 euros, incluindo um resultado líquido de 2.412.755,19 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município de Bragança** em 31 de dezembro de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

O património imobiliário e as infraestruturas do Município anteriores a 2002 e o imobilizado em curso encontram-se registados no Balanço, ao nível das rubricas de bens de domínio público e imobilizado corpóreo somando cerca de 65 milhões de euros. De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 10º do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, com todas as alterações subsequentes, até ao final do período transitório de implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, 1 de janeiro de 2002, seria elaborado e aprovado o inventário e respetiva avaliação. No entanto, o inventário realizado não se encontrou suportado numa verificação física integral, pelo que não é possível assegurar que todos os bens desta natureza se encontrem registados e devidamente valorizados. Com o intuito de promover o registo integral dos bens desta natureza, ao longo do exercício foram desenvolvidas pelo Município várias diligências de levantamento e conciliação entre o património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico. Adicionalmente, foi dada sequência aos trabalhos já iniciados em anos anteriores conducentes à decomposição e regularização das rubricas de imobilizado em curso e subsídios ao investimento correspondentes. Considerando o referido, examinámos o processo de conciliação do património, testámos as rubricas de imobilizado em curso, verificámos as adições

e analisámos as amortizações praticadas e subsídios ao investimento imputados. No que se refere a aquisições anteriores a 2002, as análises efetuadas não permitem concluir que o património se encontre integralmente registado, facto que implicaria, por montante não possível de determinar, o acréscimo dos ativos, dos fundos patrimoniais e correspondentes custos do exercício. Deste modo, não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos efeitos destas situações nos ativos, passivos, fundos próprios e resultados do período consolidados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

Chamamos a atenção para a nota 8. s) das demonstrações financeiras que descreve que o Município instaurou ações judiciais no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela contra a empresa "Águas do Norte, S.A." a reclamar a anulação de parte da faturação que considera indevida. Situação que também motiva processos instaurados pela contraparte. Nestas circunstâncias, e até que seja proferida decisão judicial, releva uma provisão pelo valor contestado de 12.117.464,27 €.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

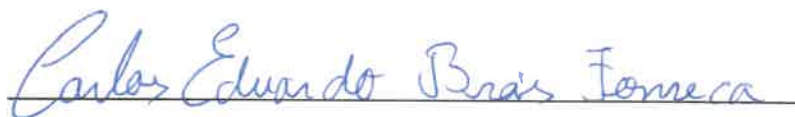
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 18 de junho de 2019

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102

Relatório e Parecer do
Revisor Oficial de Contas

2018

[Handwritten signature]

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmo. Órgão Deliberativo do

Município de Bragança

Satisfazendo o estabelecido no artigo 77.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

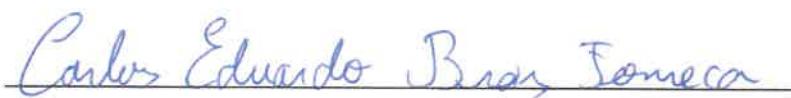
- 1.1.** Acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2.** Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pelo Município de Bragança, como entidade consolidante de harmonia com o estabelecido na lei, e que nos aspetos essenciais foram aplicadas apropriadamente as normas de consolidação de contas.
- 1.3.** Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada.
- 1.4.** Verificámos que se encontra em fase de implementação pelo Município o sistema de contabilidade de custos de modo a dar cumprimento ao disposto no ponto 2.8.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).
- 1.5.** Confirmámos que o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, o Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado e o respetivo Anexo foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, exceção feita à reserva constante da Certificação Legal das Contas.
- 1.6.** Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, com a reserva apresentada na Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e, bem assim, os resultados consolidados apurados no exercício findo na mesma data.

2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Exmo. Órgão Executivo, apreciar as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2018, com a reserva e a ênfase apresentadas na Certificação Legal das Contas.

Viseu, 18 de junho de 2019

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102